

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE IDENTIDADE ÉTNICA

Romélia Rodrigues Dopp/UCDB romelia_dopp@hotmail.com
Marina Vinha/UCDB marinavinha@terra.com.br
Universidade Católica Dom Bosco
Financiamento FUNDECT¹

Resumo

Este ensaio elabora reflexões sobre identidade étnica, permeadas pela compreensão de cultura e de identidade. Tema de caráter complexo, o que requer aprofundamento visando pesquisa em população indígena. O objetivo é definir e/ou re-elaborar teoricamente o conceito de identidade étnica. Os pressupostos teóricos provêm de estudos cujo eixo é a cultura. Com procedimentos metodológicos próprios da pesquisa bibliográfica, os dados foram buscados na Constituição de 1988; na Resolução 340/2000/CNS; em literatura dos campos da educação, antropologia e história e nas especificidades dos indígenas Kadiwéu. Nas considerações finais está definido o conceito de identidade étnica a ser adotado na pesquisa, em nível de mestrado, em uma aldeia Kadiwéu.

Palavras – chave: identidade étnica, cultura, educação.

Introdução

O tema gerador deste evento “no mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las”, segundo poema de Ferreira Gullar, reforça em nós a necessidade de uma reflexão sobre questões étnicas. Nesse sentido, este ensaio “Reflexões Teóricas sobre Identidade Étnica” tem por objetivo definir e/ou re-elaborar teoricamente o conceito de identidade étnica. A metodologia adotada é a da pesquisa bibliográfica, cujas fontes foram: dicionários, normas e literatura das áreas da antropologia e educação. Nas considerações finais define-se a argumentação teórica aceita para a compreensão da expressão identidade étnica.

O processo de colonização resultaria em uma política de extermínio nativo, não fosse a capacidade humana, no caso indígena, de resistência. A resistência ao poder do conquistador, cujo poderio foi-se traduzindo no decorrer dos séculos com violência de toda ordem e desrespeito às diferentes culturas. Foram alterações nas relações de forças entre indígenas organizados e o processo de colonização que se efetivaram as conquistas, a exemplo da atual Constituição brasileira.

De acordo com Hall (2003, p. 61) resistência, no sentido de força local que se opõe às forças homogeneizantes, é constituída por um impulso político. Ela não é

¹ Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

determinada por uma caricatura, a exemplo da resistência da tradição contra a modernidade, mas, sim, determinada por uma articulação que força o que estava na margem a se conduzir para o centro.

Segundo Junqueira (2002), no início, quando o contato se estabeleceu, a terra, hoje brasileira, era habitada por pessoas de costumes diferentes. A nudez, as plumas, as festas testemunhavam a grande distância que separava os dois modos de vida, cujas culturas distintas com os diferentes modos de entender a vida se encontraram naquele período histórico.

Ao longo do tempo, os indígenas foram aprendendo a lidar com os portugueses, pois tinham muita coisa em comum, ou seja, a organização da “família, produção econômica, sistemas de trocas, mitos, cerimônias, manifestações artísticas”, afirma a referida autora (2002, p.75). O que os diferenciavam eram as atribuições de valores, os significados simbólicos, sendo estes reconhecidos de acordo com as criações sociais de cada povo, explica a autora.

Os símbolos sofrem alterações no decorrer do tempo, o que os tornam transitórios e históricos. De forma correspondente, podemos entender as tradições como transitórias, no sentido de que as mudanças ocorrem sob pressões de movimentos sociais e de relações de poder vivenciadas em diferentes períodos. Dito de outra forma compreende-se identidade como algo mutável, mas que mantém um núcleo, um centro fixo conquistado por meio da resistência, ou de forças locais articuladas.

Desenvolvimento

Identidade é um termo derivado da língua latina ‘idem’ que significa igualdade e continuidade. Esse termo foi elaborado pela filosofia que compreende a “permanência em meio à mudança e a unidade em meio à diversidade”, segundo Plummer (1996, p. 369). Para este autor, o percurso de significados do termo identidade culminou no século XX com sua entrada no uso popular, promovida pelas mudanças sociais, principalmente com a crescente e/ou aparente ‘perda’ de identidade na sociedade de massa que se organizava. Dessa forma, o autor explica que para determinar ‘quem a pessoa realmente é’ foram necessárias respostas vindas das crises e tensões enfrentadas por minorias sociais e religiosas. Inicialmente cunhado como clichê, o termo identidade foi assumindo duas formas teóricas distintas: a psicodinâmica e a sociológica.

A teoria psicodinâmica entende a estrutura psíquica com uma identidade contínua, mesmo que geralmente conflitante. Daí decorrem os termos ‘crise de identidade’ e ‘crise pessoal’ que entraram no uso comum. A teoria sociológica tem na identidade uma ligação com o interacionismo simbólico discutido por autores no período de 1892 e 1934. Em ambos os estudos, a identidade mostra-se associada ao ‘eu’ como uma capacidade humana que “permite às pessoas ponderar de forma reflexiva sobre sua natureza e sobre o mundo social através da comunicação e da

linguagem”. Dessa forma, “[...] as pessoas constroem suas identidades pessoais a partir da cultura em que vivem”, argumenta Plummer (1996, p. 370).

Para este autor, ambas as abordagens ligam o mundo exterior com o interior, mas com enfoques diferentes. No entanto, ambas têm a identidade como algo “ligado ao modo como uma comunidade constrói concepções das pessoas e da vida”. Com essas argumentações, compreendemos que a identidade requer um lócus para se significar. Esse lócus constituído por modos próprios de ver o mundo, de ver as pessoas e os ambientes é denominado cultura.

Elaborando reflexões sobre cultura, destacamos o dicionário Michaelis (1998, p. 623), o qual adota o termo cultura para designar as seguintes situações: formas de cultivar a terra; propagação de microorganismos em um meio específico; utilização industrial de certas produções naturais; desenvolvimento cultural; civilização; esmero; entre outros. Para a antropologia, segundo o referido dicionário, cultura refere-se ao estágio de desenvolvimento de um povo, ou de um período, caracterizado pelo conjunto de obras, instalações e objetos criados em sociedade.

No dicionário do pensamento social do século XX, Hall (1996, p. 167-168) destaca no verbete sobre cultura a notável diversidade de formas sociais humanas produzidas pelo mesmo ser genético, em contraste com outras espécies que têm sua organização social embutida nos genes. É a cultura o meio que os humanos aprendem para formar suas diversidades. Além dessa produção de significados, a cultura fornece regras para o viver em sociedade, sem as quais seria impossível compreendermos um ao outro.

O campo de conhecimento da antropologia, longe de designar juízos de valor sobre as sociedades, reconhece que todos os povos possuem cultura, atribui ao termo um significado amplo, continuamente renovado. Desde o século XIX esses pesquisadores vêm re-elaborando conceitos de cultura, pois os mesmos traduziam o alcance da visão de mundo da etnografia de cada período. Tylor, em 1871 (apud HALL, 2005, p.70), ao elaborar uma das primeiras definições do termo abarcou nele todos os acontecimentos e criações relativos ao ser humano, ou seja, cultura é “[...] aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade”.

Segundo Hall (2003, p.449), “a cultura é uma produção. Tem sua matéria prima, seu recurso, seu ‘trabalho produtivo’”. A tradição, como um passado que nos capacita através da cultura, nos deixa os mesmos, embora mudados. Através da cultura produzimos a nós mesmos de novo, mesmo por que “a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”.

Diversos outros autores conceituam cultura, não cabendo aqui um levantamento exaustivo. Recentemente, no campo teórico da educação, Silva (2000, p. 32) destaca que: “(...) inspirada pelo pós-estruturalismo, a cultura é teorizada como campo de luta entre diferentes grupos sociais em torno da significação”. O que se enfatiza nesta abordagem é a cultura vista com ênfase nas relações de poder, muito mais do que no conjunto de saberes e símbolos coletivamente partilhados.

Partilhar requer a presença do outro. Um grupo social é constituído por, no mínimo, duas pessoas e/ou por um agregado de seres humanos. Em todas as formas existem relações específicas entre as pessoas que o formam, tanto quanto cada pessoa tem consciência do próprio grupo e de seus símbolos. Um grupo tem, no mínimo, uma estrutura e organização compostas por regras, ritos e “uma base psicológica na consciência de seus membros” (BOTTOMORE, 1996, p. 344).

Grupos indígenas ou comunidades indígenas são caracterizados pela qualidade das relações que mantêm entre si. Os contatos são diretos, há ajuda mútua, mesmo havendo confrontos de opinião e outras tensões, afirma Junqueira (2002). Mas, o que os distingue das demais sociedades é o fato de que, “apesar das eventuais desavenças e além das questões pessoais, todos se acham envolvidos na defesa de sua identidade como povo e na preservação do patrimônio cultural comum” (2002, p. 48). São esses laços de união, ou esse projeto de vida que lhes garantem uma coesão básica os mantendo com uma identidade étnica.

Etnicidade é uma das “características socialmente relevantes dos seres humanos”, afirma Rex (1996, p. 282). Ela deve ser distinta da compreensão de raça, de classe, entre outros. A diferença étnica ocorre no campo das diferenças culturais, na constituição de laços sociais entre os que partilham uma cultura. Há teorias sobre a etnicidade, pois ao estudar grupos étnicos a etnicidade não pode ser ignorada, por ser de primordial importância afirma o autor.

Segundo Junqueira (2002) há uma classificação dos grupos indígenas, cada qual com seus laços socioculturais, de acordo com a intensidade do contato que mantêm com a sociedade brasileira, são eles: grupos autônomos ou isolados – os que mantêm pouco ou nenhum contato com a sociedade nacional; grupos com contato esporádico – os que vivem em regiões já expostas à ocupação e mantêm contato para atender alguma satisfação não encontrada em seu meio e grupos com contato regular – aqueles que vivem em co-dependência de relações externas, assim como expõem seus produtos visando relações econômicas. Junqueira (2002) recupera a argumentação de Rex (1996) compreendendo grupo étnico, ou etnia, como um grupo culturalmente homogêneo, destacando para não confundir com raça cujo alicerce é o plano biológico.

Stuart Hall (2003, p. 69) afirma que a categoria raça não é científica, mas, sim “uma construção política e social” cuja organização discursiva engloba um sistema de poder de exploração e de exclusão, que é o racismo. A etnicidade por sua vez cria os estigmatizados por serem de culturas diferentes. A diferença nessa situação é condição de inferioridade. O componente biológico ocorre de forma mais indireta nas questões de etnia, porém estão presentes pela herança biológica inscrita no corpo. Assim, o termo comunidade étnica “reflete precisamente o forte senso de identidade grupal que existe entre esses grupos”. Por isso, somente para essa categoria pode-se atribuir o termo comunidade étnica, ou comunidades culturais, considerando que possuem “fortes laços internos de união e fronteiras bem estabelecidas”. Além disso, o autor destaca que esses grupos possuem elos de continuidade, muito embora não estejam engessados em uma tradição imutável.

Barth (2000) trata do conceito de grupo étnico relacionando-o com política. Ser reconhecido pelo governo como indígena traz consequências, por isso reafirmamos a necessidade de compreender identidade étnica permeada por entendimentos de cultura e de identidade. Assim, a expressão grupo étnico foi e em alguns casos ainda é a designação de uma população que compartilha valores fundamentais, um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros e constituem um campo de interação. A discordância do autor para com essa designação é que ela “impede de compreender o fenômeno dos grupos étnicos e seu lugar na sociedade e na cultura humana”, pois leva-nos a pensar que cada grupo desenvolve sua cultura de forma isolada, como se fosse um estilo de vida em ilha e desconsidera as relações de fronteira – não abordada neste estudo.

Qual a compreensão de identidade étnica perpassada na Resolução 304/2000, referência para a realização de pesquisas em grupos indígenas?

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) ao elaborar a Resolução 304/2000 objetivou contemplar, via norma complementar, normas para a área de pesquisas em povos indígenas. Foi considerada uma necessidade para as pesquisas com humanos, normas específicas para humanos indígenas. Este fato reporta à expressão identidade étnica e sua força política, criando um diferencial entre a espécie *Homo sapiens*, neste caso nascidos em populações indígenas.

A referida Resolução 304 (2000, p.1) fundamenta-se no respeito aos direitos dessas populações “no que se refere ao desenvolvimento teórico e prático de pesquisa em seres humanos que envolvam a vida, os territórios, as culturas e os recursos naturais dos povos indígenas do Brasil”.

Para tanto, foram adotadas as seguintes definições: povos Indígenas, povos com organizações e identidades próprias, em virtude da consciência de sua continuidade histórica como sociedades pré-colombianas e, índio quem se considera pertencente a uma comunidade indígena e é por ela reconhecido como membro. Ambas as definições trazem embutidas uma fundamentação teórica sobre cultura e identidade. Sem o objetivo de aprofundar em outros dados sobre essa normatização, destacamos a força da resistência indígena nesse documento, o qual contribui para minimizar abusos em nome da ciência diante dos patrimônios imateriais e materiais das populações indígenas brasileiras.

Assim, pesquisas envolvendo “a pessoa do índio ou a sua comunidade” devem respeitar a visão de mundo, os costumes, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social, filosofias peculiares, diferenças lingüísticas e estrutura política.

A conquista efetivada através de preceitos constitucionais, embora recentes e permeada por reveses de toda a ordem, é movida por uma força política dos grupos cujas identidades étnicas estão consumadas. Dessa forma contradizem previsões de décadas atrás, de que a integração dos povos indígenas seria inevitável. Suas culturas desapareceriam e predominaria uma cultura homogeneizante. Movidos por lutas sociais empreendidas pelos próprios índios e por organizações afins, reverteram o quadro integracionista. Para Brand (2003, p.5) o processo tem mostrado que os diferentes povos indígenas no Brasil manifestam seu modo de ser,

ou seja suas identidades étnicas, e a cada dia exigem o cumprimento de leis e normas legais conquistadas.

Considerações Finais

Repensar conceitos de cultura e de identidade para compreender o termo identidade étnica foi o objetivo deste ensaio, ainda inacabado. Em pesquisas futuras, a serem realizadas entre os indígenas Kadiwéu, a expressão identidade étnica será adotada tendo como referência as reflexões ora realizadas. Compreender que cultura não está ligada ao ser, mas a um tornar-se, a um construir-se nas diferenças, pela cultura, fonte de identidades. Cultura como lócus de significados, mas também de tensões e de conflitos permeados por relações de poder formam as identidades étnicas quando apreende visões de mundo, de pessoas e de ambientes muito próprios e compartilhados.

Referências

- BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro. Contracapa Livraria, 2000.
- BOTTOMORE, Tom. Grupo. In: ____ Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 344 a 345.
- BRAND, Antônio. A emergência da diferença na história: novos conceitos e ovas abordagens: algumas anotações complementares para uso em sala de aula. 2007. (anotações)
- BRASIL. Resolução 304/2000. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Acesso: <http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/resolucao.html> Obtida em 4/6/2007
- FLEURI, Reinaldo Matias. Educação Intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2003.
- HALL, John A. Cultura. In: ____ Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 163 a 166.
- HALL, Stuart. Da Diáspora e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- JUNQUEIRA, Carmen. Antropologia Indígena: uma introdução: história dos povos indígenas do Brasil. São Paulo. Ed. EDUC. 2002.
- PLUMMER, Ken. Identidade. In: ____ Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 369 a 371.
- REX, John. Etnicidade. In: ____ Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 284 a 286.